

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.947 - RS (2018/0172782-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : SONER NASS
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. ATO DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. CONTEÚDO DECISÓRIO PATENTE. RECURSO CABÍVEL: AGRAVO EM EXECUÇÃO. ART. 197 DA LEI N.º 7.210/84. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 197 da Lei de Execução Penal, o recurso cabível contra as decisões proferidas pelo Juiz da Execução é o agravo.

2. Na hipótese, o Juiz da Execução, examinando pedido do *Parquet* estadual para que a reincidência fosse considerada tanto para os delitos hediondos quanto para os comuns, além de o indeferir, determinou que "[...] a condição de reincidente específico deverá atingir tão somente as condenações pelos delitos hediondos em que restar configurada tal agravante" (fl. 110).

3. É patente o conteúdo decisório do provimento judicial proferido pelo Magistrado primevo, na medida em que, expressamente, não acolhe o pleito formulado e determina providências em sentido diametralmente oposto, as quais eventualmente poderão ter impacto direto no cumprimento da pena imposta ao ora Recorrido. Portanto, inarredável a conclusão de que o recurso cabível a ser manejado contra o citado *decisum* é o agravo em execução, nos termos da legislação de regência e do entendimento do STJ.

4. Recurso especial conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora